

## **BRASIL E PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO NO PERÍODO 2016-2020**

Antônio José Nicolau Álvaro<sup>1</sup>  
Pedro Rosas Magrini<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo se finca na apresentação do cenário econômico brasileiro no período de 2016 até o fim de 2020 - um ano após o início da crise pandêmica da covid-19 no país. Foi concebido com o objetivo de avaliar os efeitos de quatro medidas [específicas] de combate adotadas pelo governo brasileiro até agosto de 2020 e comparar a trajetória econômica do período 2016-2019 com o ano de 2020 a partir do comportamento dos indicadores de PIB e Taxa de Desemprego. A fim de concretizar as aspirações motivadoras dessa produção, seguiu-se a linha da pesquisa quantitativa, servindo-se de outras produções em artigos científicos, dados estatísticos de órgãos oficiais do governo brasileiro, legislações federais e artigos de opinião em plataformas de internet. Abordou-se objetivamente sobre a situação econômica brasileira no período antes da crise, fazendo menção de alguns elementos da realidade socioeconômica aquando da aparição da doença no país. Apresentam-se quatro medidas destacadas que marcam a intervenção do governo brasileiro no enfrentamento à crise até agosto de 2020 pela contextualização teórica de cada uma, seguida dos seus efeitos e repercussões. Ao final, constata-se que apesar da implementação destas [e outras] medidas, os esforços não foram ao todo eficazes. Os efeitos dessa crise pandêmica sobre a economia brasileira colocaram-na numa posição de recessão, daí que, torna-se imperativo o aperfeiçoamento das medidas já tomadas bem como a adoção a novas alternativas de atuação que se mostrem eficazes.

**Palavras-chave:** Pandemia da Covid-19 Economia brasileira Governo brasileiro Medidas adotadas .

---

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Discente, nicolasalvaro93@gmail.com<sup>1</sup>  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Docente, pedromagrini@unilab.edu.br<sup>2</sup>



## INTRODUÇÃO

No final do ano de 2019 se verificou em Wuhan, cidade chinesa, o surgimento daquela que ficou batizada mundialmente como Covid-19: doença do aparelho respiratório causada pelo novo coronavírus - SARS-cov-2. A rápida propagação do vírus e seu alto nível de contágio, permitiram que se alastrasse por todo o mundo numa velocidade absurda, dando lugar a uma nova pandemia, que tem se mostrado fortemente destrutiva. Por se tratar de uma pandemia, os seus efeitos vão além do desafio imposto aos sistemas de saúde à nível internacional. Antes, tal como afirmam Mello et al (2020, p. 3) e Carvalho (2020, p. 6), ao contrário da crise de 2008, essa inicia com o ataque à saúde pública e enfraquece o sector de produção afetando diretamente a economia real. Desse modo, quando se tem por vista analisar a situação para formulação de alternativas e/ou construir e implementar medidas de combate, deve-se considerar que os dois aspectos estão associados.

O cenário econômico brasileiro pré-pandemia apresentava-se com um período de recuperação da recessão de 2015-16, caracterizado por uma forte lentidão no restabelecimento dos níveis de renda per capita de 2014 (CARVALHO, 2020), de forma que a chegada da nova crise veio intensificar as perdas e elucidar a urgente necessidade de articulação para recuperação. O país vivia anos de instabilidade econômica, chegando a ultrapassar os 14% na Taxa de Desemprego ao longo de 2017, o que revelou um crescimento em massa do número de trabalhadores informais e autônomos atingindo cerca de 38 milhões dessa categoria segundo dados do IBGE (2019). Isso revela a fragilidade da economia brasileira e a sua incapacidade de resposta diante de crises como a atual (KROTH, 2020, p 2).

Identificou-se o primeiro caso ativo da doença em território nacional a 26 de fevereiro de 2020 (Agência Brasil, 2020) e a 11 de março a OMS declarou estado de pandemia, sendo que a 20 de março, em meio a pronunciamentos despreocupados por parte do executivo, foi promulgado o Decreto Legislativo nº 6/20 (BRASIL, 2020) que instalava o Estado de Calamidade Pública nacional. Diante dos apelos do FMI e Banco Mundial à ampliação de gastos com a saúde e apoio às populações mais vulneráveis, o executivo brasileiro manteve um posicionamento tímido e relutante quanto a adoção de medidas de combate, agindo de modo desproporcional a dimensão da crise instalada; muitas vezes incisivo na defesa da economia em primeiro lugar, quando o combate a esta crise só se deveria começar, de todos os modos, pelo controle da situação sanitária (MELLO et al, 2020, p. 3).

De abril a agosto, foram instituídas quatro medidas econômicas visando a amenização dos efeitos da pandemia, sobre as quais aborda-se mais adiante nesse texto. Propõe-se no presente trabalho, analisar os efeitos destas medidas adotadas, comparando a situação da economia nacional entre o período de quatro anos antes da pandemia e o ano de 2020, pelo comportamento dos indicadores econômicos do PIB e Taxa de Desemprego referentes a cada um desses períodos.

## METODOLOGIA

Esta produção tem sua base contéudística na pesquisa bibliográfica e documental, servindo-se de artigos científicos, dados estatísticos oficiais, legislações da República Federativa do Brasil e artigos de opinião. Servimo-nos da recolha de dados quantitativos para a análise e comparações efetuadas o que deu corpo textual para posterior postulação das conclusões constantes no mesmo trabalho.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO



**Pré-pandemia (2016-2019):** A partir de dados do IBGE (2020), verifica-se, no período pré-pandemia, um crescimento considerável do PIB em 2017, após a recessão de 2015-16. Instaure-se um período de recuperação lenta, com semiestagnação da renda entre 2017 e 2019 (CARVALHO, 2020, p. 8), que segundo estimativas da mesma autora, levaria uma década para se atingir o PIB per capita de 2014. Nesse período, os indicadores apresentavam-se com desempenho econômico satisfatório até 2017, e pouco variável no intervalo 2017-19, como se vê no gráfico abaixo:

**Gráfico 1** - Variação percentual do PIB e Taxa de Desemprego no período pré-pandemia (2016-2019)



Fonte: Adaptado de IBGE (2020)

**Pandemia e implementação das medidas econômicas pelo governo (janeiro-agosto de 2020):** Com a chegada da doença no país e a instalação da crise, era imperioso que o governo agisse para a adoção de medidas de combate, a fim de preservar vidas e assim, a economia. O velho conflito de escolha entre salvar vidas e salvar a economia é claramente uma concepção leviana e um dilema inexistente na realidade prática se considerarmos a correlação existente entre os dois conceitos. A construção e manutenção da economia depende da existência da vida pois, como defendeu Ferreira (2021), “as taxas de mortalidade e as taxas de contração da economia estão positivamente correlacionadas e não negativamente”, de modo que os países com maiores taxas de mortalidade são os que perderam mais economicamente. Assim, a recuperação da economia depende do controle da doença (CARVALHO, 2020). Nessa fase, as medidas assentavam-se em de três eixos: a) pela sobrevivência das famílias; b) pela sobrevivência das empresas; e c) pela preservação de empregos (CARVALHO, 2020).

No primeiro eixo, sob iniciativa do Congresso Nacional, foi instituído o Auxílio Emergencial, pela aprovação da Lei nº 13.928/20, de 2 de abril, para transferência de renda mensal (R\$ 600) por 3 meses, para apoio às populações mais vulneráveis (BRASIL, 2020). O auxílio emergencial teve considerável efeito, pois serviu para assegurar a renda dos mais vulneráveis, excluindo por completo a desigualdade existente no período (CARVALHO, 2020, p. 5). Os dados da operacionalização verificam-se abaixo:

**Tabela 1** - Operacionalização do Auxílio Emergencial (Lei nº 13.928/20) até julho de 2020.



Fonte: Adaptado de IBGE (2020) e CEF (apud, CARDOSO, 2020, p. 1058)

Para o segundo eixo, aprovou-se a Medida Provisória nº 992/20, de 16 de julho, para regulamentar o programa Capital de Giro para Preservação de Empresas que visa prover estímulos para crédito às micro, pequenas e médias empresas (BRASIL, 2020). Apesar da MP, um estudo do IBGE (2020) mostra que até de julho, 716 mil empresas encerraram suas atividades, com 4 a cada 10 justificando o fechamento como fruto da crise pandêmica (El País, 2020). Pelos mesmos dados, Carvalho (2020, p. 6) defende que este foi o eixo mais afetado, pois as linhas de crédito do governo estiveram muito aquém do necessário, afetando principalmente os pequenos negócios que representavam 99,8% das empresas encerradas.

**Tabela 2** - Operacionalização de crédito às empresas pelo programa CGPE (MP nº 992/20)



Fonte: Adaptado de BACEN (2020)

Por fim, o legislativo aprovou a Medida Provisória nº 936/20, de 1 de abril, que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, com medidas para articular os vínculos de trabalhos formais (BRASIL, 2020); e a Lei nº 14.043/20, de 19 de agosto, instituindo o Programa Emergencial de Suporte a Empregos para concessão de crédito a empresários, visando pagamento de salários e de verbas trabalhistas (BRASIL, 2020). A MP foi razoavelmente eficaz, pois preservou empregos e promoveu o pagamento de parte do seguro-desemprego aos trabalhadores com contratos suspensos, porém, aqueles com salários mais altos tiveram as suas perdas (CARVALHO, 2020, p. 6). Quanto à Lei 14.043/20, dos R\$ 40 bilhões previstos, apenas R\$ 8 bilhões foram creditados até novembro de 2020. Sua operacionalização apresenta os dados abaixo descritos:

**Tabela 3** - Operacionalização de crédito pelo PESE (Lei nº 14.043/20)



Fonte: Adaptado de BACEN (2020)

**Comparação dos cenários econômicos após a implementação das medidas (2016-2020):** Ao passo que no período 2017-2019 o cenário apresentava-se estável, com pequenas oscilações no percentual do PIB já recuperado e queda contínua no percentual de Desemprego, verificou-se uma descontinuidade brusca nessa trajetória ocasionada pela nova crise. Associado a isso, vale trazer à tona uma verdade não muito simpática: com o fim do Auxílio emergencial, a desigualdade novamente se expõe e se acentua; instala-se uma recessão pior que a de 2015-16, com um nível de renda bem mais baixo, e uma previsão de duas décadas para recuperação da renda per capita de 2014 (CARVALHO, 2020, p 7-8). O gráfico abaixo espelha a situação:

**Gráfico 2** - Variação percentual do PIB e Taxa de Desemprego no período 2016-20



Fonte: Adaptado de IBGE (2020)

## CONCLUSÕES

O impacto dessa crise continuará deixando cicatrizes na economia mundial, apesar das medidas já tomadas (MELLO et al, 2020, p. 18), pelo que é preciso que continuem se buscando vias para amenizar os efeitos que prometem durar por anos. A economia brasileira encontrava-se em recuperação aquando do surgimento da crise e o posicionamento desleixado do executivo logo no início culminou nas medidas tímidas que, até trouxeram ganhos relativos para a economia nacional, porém não chegam para dar volta ao quadro econômico apresentado no último gráfico. Vive-se uma nova recessão, com pontos de recuperação muito tênues em compara a de 2015-16, portanto, é urgente que se adotem medidas para preservação da saúde pública para permitir a retomada da produção e assim, dar ritmo ao crescimento econômico. Deve-se primar pelo aperfeiçoamento das medidas já adotadas, e pelo estudo mais aprofundado da situação para criação de medidas que sejam mais eficazes num período tão crítico.

## AGRADECIMENTOS

Nossa gratidão vai primeiramente Àquele que é e há de vir - Deus Soberano e Todo-Poderoso - dono e



doador da vida e saúde que desfrutamos e pela qual somos o que somos e fazemos o que fazemos. Em seguida, aos familiares por seu auxílio e amor em todos os momentos. Por fim, ao Programa de Bolsa de Monitoria (PBM) da Unilab pela oportunidade e acompanhamento durante o exercício das atividades de Monitoria.

## REFERÊNCIAS

BBC NEWS BRASIL. Discutir conflito entre 'saúde e economia' não faz sentido para governos, avalia economista. Londres. 22 mar. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56413842>. Acesso em: 15 maio 2021.

CARVALHO, Laura. Curto-circuito: o vírus e a volta do estado. São Paulo, Todavia, 2020.

CARVALHO, Laura. Laura Carvalho: "Auxílio Emergencial foi ajuda significativa, mas seu fim deixará desigualdade como herança". Agência Pública. São Paulo, 03 nov. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/11/laura-carvalho-auxilio-emergencial-foi-ajuda-significativa-mas-deixara-desigualdade-como-heranca/#Link1>. Acesso em: 15 maio 2021.

EL PAÍS. 716 mil empresas fecharam as portas desde o início da pandemia no Brasil, segundo o IBGE. São Paulo, 19 jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-19/716000-empresas-fecharam-as-portas-desde-o-inicio-da-pandemia-no-brasil-segundo-o-ibge.html>. Acesso em: 15 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Painel de indicadores: indicadores econômicos. indicadores sociais. Rio de Janeiro, [2021?]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em: 13 maio 2021.

KROTH, Darlan Christiano. A economia brasileira frente a pandemia do covid-19: Entre as prescrições e as propostas do governo. Chapecó, SC: UFFS, 2020.

MELLO, Guilherme. et al. A coronacrise: natureza, impactos e medidas de enfrentamento no Brasil e no mundo. Campinas, SP: CECON-IE/Unicamp, 2020.

---

OBS: atendendo as exigências da submissão de trabalhos no evento, aqui estão listadas parte das referências. As demais podem ser consultadas em: <https://drive.google.com/file/d/16zFSF354cPvikZazmztRRgZXvdS2cFHn/view?usp=sharing>

